

Aline Najara da Silva Gonçalves¹

**Luiza Mahin:
da carta autobiográfica de Luiz Gama
ao romance histórico de Pedro Calmon**

Mestra pela UNEB
E-mail: alinasigo@yahoo.com.br

Resumo: Neste artigo, pretende-se traçar um perfil da personagem Luiza Mahin, à luz das representações elaboradas por Luiz Gama na carta autobiográfica — escrita sob encomenda e endereçada ao amigo Lúcio de Mendonça junto com o poema *Minha Mãe* — e por Pedro Calmon, no romance histórico *Malês: a insurreição das senzalas*. A análise aqui exposta procura discutir algumas especificidades da escrita autobiográfica e do romance histórico atentando à influência do contexto político-social do tempo da escrita sobre a produção de uma narrativa.

Palavras-chave: Luiza Mahin; Luiz Gama; Romance histórico; Pedro Calmon; Malês.

Abstract: In this article, i intend to draw a profile of Luiza Mahin, in the light of the representations thought up by Luiz Gama in the autobiographical letter - ordered by and adressed to the friend Lúcio de Mendonça together with the poem *Minha Mãe* - and by Pedro Calmon, in the historical romance *Malês: a insurreição das senzalas*. The study here shown tries to discuss some specificities of the autobiographical writings and the historical romance, looking into how the social-political context of the time influences the production of a narrative.

Keywords: Luiza Mahin; Luiz Gama; Historical romance; Pedro Calmon; Malês.

Enviado em 21 de julho de 2010
e aprovado em 11 de novembro
de 2010

1 Mestra em Estudos de Linguagem pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus I), especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela FAVIC/APLB e graduada em História (UNEB- Campus II). Membro do Grupo de Pesquisa *História, Literatura e Memória*.

“Agora tu, Calíope, me ensina
 O que contou ao Rei o ilustre Gama;
 Inspira imortal canto e voz divina
 Neste peito mortal, que tanto te ama.”
 (Camões. *Os Lusíadas*, 1572)

Luiza Mahin, “uma negra, africana livre, da Costa da Mina”, mãe do poeta Luiz Gama, é idealizada e reverenciada por seguimentos da sociedade brasileira associados aos movimentos negros e à valorização da história e cultura afro-brasileiras, sendo representada pela memória histórica de uma quitandeira que foi escrava de ganho e que sempre resistiu ao cativo.² Uma mulher insubordinada, que se tornou símbolo de luta e resistência negra, configurando um mito para a população afro-descendente.

Sem documentos ou quaisquer registros materiais que atestem sua existência, Luiza Mahin entrou para a História pela escrita do filho, o poeta e “precursor do abolicionismo no Brasil”, Luiz Gama, que revelou o nome da mãe em uma carta autobiográfica enviada ao amigo Lúcio de Mendonça e, em seguida, dedicou-lhe os versos do poema *Minha Mãe*, em 1880.³

Ponto de partida para o conhecimento acerca de Luiza Mahin, a trajetória de vida de Luiz Gama fornece elementos que assemelham situações vividas pelo poeta a possíveis experiências vivenciadas pela mãe. Desse modo, parece que em determinados momentos as vidas de ambos encontram-se entrelaçadas pelas dificuldades enfrentadas e, conseqüentemente, pela superação dos obstáculos, o que caracteriza o perfil destemido atribuído à personalidade dos dois. Ele, um “homem de *indesalterável* gana de justiça (...), um indivíduo ímpar que ascendera perante a sociedade paulista por meio de seus esforços pessoais” (AZEVEDO, 1999, p. 23). Ela, uma revolucionária atuante na década de 1830, impaciente, irrequieta e incapaz de conformar-se com situações de injustiça. (MENNUCCI, 1938, p. 56)

Vendido pelo pai como escravo — apesar de ter nascido livre — quando ainda era uma criança, afastado da mãe e rejeitado por possíveis compradores devido à origem baiana, Luiz Gama também é lembrado como um vencedor, não apenas por ter se livrado do cativo, bem como pelo respeito adquirido por ele numa sociedade que discriminava e claramente diferenciava brancos e negros.⁴ Gama foi escrivão, amanuense, jornalista, poeta e advogou (mesmo sem diploma) pela causa do povo negro, libertando, até o fim da vida, mais de quinhentos escravos, conforme consta na carta.

A carta escrita por Luiz Gama parece ser o primeiro e único registro com valor documental em que o nome Luiza Mahin aparece. Assim, as menções posteriores foram,

2 Assim Luiz Gama se refere à mãe em sua carta autobiográfica. Cf. Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça. In: MORAES, 2005.

3 Cf. MENCUCI, S. *O precursor do abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

4 Elciene Azevedo descreve a cerimônia de sepultamento de Gama destacando a aglomeração popular, a solicitação de fechamento do comércio local, a fim de garantir aos lojistas a possibilidade de prestar a última homenagem ao morto, o hasteamento de bandeiras oficiais a meio pau e a presença de magistrados, acadêmicos, jornalistas “e até mesmo o vice-presidente da província em exercício, o conde de Três Rios” (Azevedo, 1999, p. 20) dentre cerca de três mil pessoas que acompanharam o cortejo a pé entre as 16 e 19 horas daquele dia.

certamente, fundamentadas na escrita do poeta. Depois de seguidas décadas sem ver a mãe, ele a descreveu com o olhar de um filho saudoso, como se buscasse na memória da infância as lembranças perdidas. Diz Gama na referida carta:

São Paulo, 25 de julho de 1880.

Meu caro Lúcio,

Recebi o teu cartão com a data de 28 do pretérito.

Não me posso negar ao teu pedido [...] aí tens os apontamentos que me pedes, e que eu os trouxe de memória.

Nasci na cidade de São Salvador, capital da província da Bahia, em um sobrado da rua do Bângala, formando ângulo interno, em a quebradado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguesia de Sant'Ana, a 21 de junho de 1830, pelas 7 horas da manhã, e fui batizado, 8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica.

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa da Mina (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao comércio — era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, **foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito.** (grifo meu).

Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, e 1856, em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma “casa de dar fortuna”, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela quanto seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que estes “amotinados” fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores.

Nada mais pude alcançar a respeito dela.⁵

A descrição realizada por Luiz Gama no trecho acima é um dos elementos geradores das interpretações diversas acerca de Luiza Mahin. Massaud Moisés (1984, p. 17), em *A análise literária*, afirmou que “o desmembramento de um texto põe a descoberto problemas e dúvidas que ele próprio nem sempre consegue resolver”. Embora se reconheça a impossibilidade de esgotar todas as possibilidades interpretativas deste documento, alguns elementos merecem ser destacados e analisados.

5 Cf. a carta na íntegra em MORAES, Marcos Antônio (org.). *Antologia da carta no Brasil: me escreva tão logo possa*. São Paulo: Moderna, 2005, p. 67-75.

Em primeiro lugar, trata-se de um relato escrito sob encomenda e destinado à publicidade, conforme salienta Mennucci. Compreendendo uma autobiografia como uma forma de arquivamento do eu, Phillipe Artièrres (1998, p. 11;10) destacou que no processo de escrita de uma autobiografia, “fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens”, de forma que o resultado é uma imagem construída “para nós mesmos e às vezes para os outros”. Desse modo, é viável considerar que uma carta autobiográfica, qualquer que seja ela, é um texto embebido de simbolismo e intencionalidade.

A revelação da identidade materna em contraste com a ocultação do nome do pai expõe, a princípio, uma possível necessidade de Gama de superar um momento obscuro da sua trajetória, caracterizado pela perda e pelo abandono, respectivamente.

Luiz Gama inicia a carta em que conta a sua vida demarcando espacialmente o palco da sua existência: a rua do Bângala, na cidade do São Salvador, província da Bahia.⁶ Instituído o espaço geográfico, Gama revela o que poderia ser uma contradição: fora batizado no catolicismo aos 8 anos de idade apesar de afirmar-se filho de uma negra pagã, “que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã”, de nome Luiza Mahin. A leitura atenta da carta revela que o episódio do batismo acontece após o sumiço da mãe, portanto, sem o seu consentimento.

Ao iniciar seu relato ressaltando um rito batismal e nomeando a sua genitora, Luiz Gama talvez pretendesse (re) definir sua origem através desta nomenclatura.⁷ Pierre Bourdieu destacou que o nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador e é através dele que

institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. É o nome próprio (...) que assegura a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais. (BOURDIEU, 2001, p. 186)

Dessa forma, ao nomeá-la, Gama materializou sua existência concedendo-lhe uma designação e demarcando o ponto de partida de sua trajetória. A ausência de registros que evidenciem a existência dessa mãe permite considerar a possibilidade de ser ela mesma uma criação do próprio poeta. É notório que se trata de uma construção exemplar, feita por um intelectual compromissado com o ideal político de liberdade e conhecedor das Letras; um homem que sabia “jogar” com as palavras e, em versos, rememorava um passado que o ligava à imagem da mãe a quem procurou insistentemente, até se ver frente a frente com as evidências que apontavam para a deportação daquela que teria sido uma mulher destemida e insurgente.

6 Segundo Sud Mennucci, “bângala” é um termo angolano que significa “inflexível”, predicativo este intimamente relacionado com a personalidade do poeta. (MENNУCCI, 1938. p. 27)

7 Sud Mennucci afirmou que “não há nenhuma criança de oito anos, com o nome de Luiz ou de Luiz Gonzaga, entre os registros, como pude verificar pela relação que me enviou a educadora baiana, D. Anfrísia Santiago.” (Cf. MENNUCCI, 1938. p. 36)

Após apresentar algumas características físicas, ocupacionais e psíquicas da mãe, Gama sugere o motivo do seu sumiço — a participação em insurreições de escravos que não tiveram efeito —, contudo, não afirma definitivamente a atuação revolucionária que se tornaria sinônimo da sua trajetória: a suposta liderança no Levante dos Malês (1835) e a participação na Sabinada (1837). Como afirmou Sílvio Roberto Oliveira, não há documentos históricos que comprovem **nem que desmintam** tais informações. — grifo meu.⁸

A saudade causada pela ausência da mãe torna-se constante no relato de Luiz Gama. A homenagem à figura materna é materializada em versos e idealizada em sonhos, suprimindo a carência através dos recursos que a memória e a imaginação lhe proporcionavam.

O ano de 1837, especificamente a ocorrência da Sabinada, redefine os contornos da vida e da personalidade de Gama. Este ano é marcado pela partida da mãe para o Rio de Janeiro e pelo envolvimento do pai na revolução do Dr. Sabino. Quatro anos depois o menino Luiz torna-se escravo ao ser vendido pelo pai, que pretendia saldar dívidas de jogo. O ressentimento aparente pela atitude paterna revela-se na ocultação do seu nome — se à mãe ele atribui um nome próprio, ao pai ele negou a identidade e, metaforicamente, desmaterializou a sua existência, conforme consideração feita acima.

Relembrando as dificuldades encaradas na vida de escravizado, Gama exclamou: “Oh! Eu tenho lances doridos em minha vida, que valem mais do que as lendas sentidas da vida amargurada dos mártires.” À coisificação seguiu-se a superação e a glória: tornou-se defensor dos seus — “que são todos os pobres, todos os infelizes”; os escravos que ele ajudou a libertar — um homem respeitado em sua época e admirado a posteriori.⁹

Gama retratou na carta a trajetória de uma criança separada da mãe, abandonada pelo pai, escravizada ilegalmente e que, diante das adversidades, tornara-se um jovem destemido e um adulto respeitado. A sequência dos acontecimentos narrados e a falta de informações ligadas à vida íntima do poeta permitem considerar que as informações divulgadas obedeceram a um rigoroso processo de seleção. A utilização do vocábulo “posso” na frase final suscita algumas possibilidades interpretativas. Em primeiro lugar, pode sugerir uma análise prévia do que seria dito, como se ele tivesse revelado apenas o que julgava pertinente. Por outro lado, talvez tenha sido uma estratégia do poeta dada a impossibilidade real de revelar outras informações acerca da sua trajetória, seja por questões políticas ou pessoais. Todavia, o caráter destemido e insurgente de Luiz Gama permite considerar a intencionalidade implícita na limitação do que seria divulgado. Disse Gama: “Eis o que te **posso** dizer, às pressas, sem importância e sem valor; menos para ti, que me estimas deveras.”¹⁰

Segundo Philippe Artières,

numa autobiografia [...] não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas. (ARTIÈRES, 1998, p. 11)

8 Op. cit., p. 34.

9 Cf. MORAES, 2005. p. 71; 75.

10 Ibidem, p. 75, *grifo meu*

Se, conforme este autor, o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência, a escrita desta carta autobiográfica pode ter proporcionado a Luís Gama a oportunidade de (re) construção de sua identidade, além de ter se tornado um mecanismo de reconhecimento do seu papel social, o que fez do poeta modelo de luta e resistência, tal qual a imagem da genitora.

Mircea Eliade considera um mito, dentre outras perspectivas, a narrativa de uma criação, como se relatasse de que modo algo foi produzido e começou a ser (ELIADE, 2007, p. 11). Esta concepção pode explicar o “efeito Luiza Mahin” sobre a vida do poeta. Se, conforme assegurou Mircea Eliade, o mito ensina e dá indicações de como algo deve ser conduzido (ELIADE, 2007, p.18), Luiza Mahin corresponde a esta expectativa.

A carta autobiográfica escrita por Luís Gama foi endereçada a Lúcio de Mendonça juntamente com o poema *Minha Mãe*, escrito em 1861. Ainda demonstrando o saudosismo, Gama descreve no poema uma Luiza Mahin que em alguns momentos não se assemelha à imagem retratada no relato anterior. Disse ele:

Era mui bela e formosa,
 Era a mais linda pretinha,
 Da adusta Líbia rainha,
 E no Brasil pobre escrava!
 Oh, que saudades que eu tenho
 Dos seus mimosos carinhos,
 Quando c’os tenros filhinhos –
 Ela sorrindo brincava.
 Éramos dois — seus cuidados,
 Sonhos de sua alma bela;
 Ela a palmeira singela,
 Na fulva areia nascida.
 Nos roliços braços de ébano.
 De amor o fruto apertava,
 E à nossa boca juntava
 Um beijo seu, que era a vida.
 (...)

Os olhos negros, altivos,
 Dois astros eram luzentes;
 Eram estrelas cadentes
 Por corpo humano sustidas.
 Foram espelhos brilhantes
 Da nossa vida primeira,
 Foram a luz derradeira
 Das nossas crenças perdidas.
 (...)

Tinha o coração de santa,
 Era seu peito de Arcanjo,
 Mais pura n’alma que um Anjo,
 Aos pés de seu Criador.
 Se junto à cruz penitente,
 A Deus orava contrita,

Tinha uma prece infinita
 Como o dobrar do sineiro,
 As lágrimas que brotavam,
 Eram pérolas sentidas,
 Dos lindos olhos vertidas
 Na terra do cativoiro.¹¹

Assim como a carta suscita uma série de questionamentos, o poema provoca o leitor ao trazer elementos que contradizem informações anteriormente dadas. É certo, todavia, que fazendo uso da licença poética, o escritor se farta com metáforas e conotações fazendo uso da liberdade de criação peculiar à escrita literária.

Escrito quase vinte anos antes da carta enviada a Mendonça, este poema revela, no terceiro verso, uma origem nobre de Luiza Mahin, que não fora mencionada na carta (MENNUCCI, 1938, p.30). Sud Mennucci (1938), em *O Precursor do Abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)*, classificou este como um texto “literário e patético” e considera um equívoco a concepção de Luiza Mahin como uma princesa. “Parece-me que foi um recurso poético, apenas, para mostrar a diferença fundamental entre a antiga posição de livre e a de agora, reduzida a cativoiro”, afirma (MENNUCCI, 1938, p. 29; 30).

Nesta poesia, Gama desenha o retrato de uma mulher que, apesar da altivez, mostra-se carinhosa com os filhos, uma mãe zelosa e dedicada, que tem sua força e doçura ressaltada pelas lembranças que o poeta traz da infância — “Ela a palmeira singela”.

Baseando-se nos resultados obtidos a partir da pesquisa biográfica que realizou, Mennucci afirmou que Gama parecia divertir-se a criar problemas referentes às suas memórias, principalmente no que diz respeito à imagem materna. No poema, além de desenhar o retrato de uma mãe meiga, que em nada se assemelha à insofrida e vingativa Luiza Mahin descrita anos depois no relato autobiográfico, o poeta citou um irmão de quem jamais se falou novamente e que, assim como ele, viu-se desamparado frente à ausência materna, cujos olhos altivos,

Foram espelhos brilhantes
 Da nossa vida primeira,
 Foram a luz derradeira
 Das nossas crenças perdidas.

A presença de contradições entre a carta e o poema permite compreender o simbolismo presente nas palavras de Gama, que inicialmente apresenta a mãe como uma pagã que recusava a doutrina cristã a todo custo e em seguida, descreve-a penitente orando a um Deus que inicialmente recusava. Para Mennucci, a participação de Luiza Mahin na Sabinada é incontestável, apesar de, segundo ele, tratar-se de uma causa que não lhe dizia respeito e à qual ela se inseriu em apoio ao amante, demonstrando seu caráter insubmisso de negra amotinada.¹²

11 Poema *Minha Mãe* disponível no sítio eletrônico: http://pt.wikisource.org/wiki/Categoria:Primeiras_Trovas_Burlescas_de_Getulino. Acesso em 19 de abril de 2010.

12 Aqui há uma referência ao pai de Luiz Gama, figura silenciada pela historiografia e de quem não há qualquer registro além da menção feita pelo poeta em sua carta autobiográfica. Ver MENNUCCI, 1938.

Elciene Azevedo (1999), em sua obra *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*, destaca a intenção do poeta de rememorar momentos ao lado da figura materna ao mencionar o poema “La Vai Verso!”, no qual Gama afirma: “Quero que o mundo me encarando veja / um retumbante *Orfeu de Carapinha*”.¹³ Nas palavras da autora, ao assemelhar-se a Orfeu que, na mitologia grega, busca em seu passado algo que foi perdido, Gama buscava a si próprio no passado e a recomposição da imagem de uma mãe lutadora e guerreira pode ser fruto desta busca de identidade (AZEVEDO, 1999, p.59).

Ian Watt (1997) usa a expressão “mito moderno” para designar aquele ser que, longe de ser sagrado, deus ou semideus, consagra-se como um mito. Trata-se de um tipo de pessoa que não é completamente real nem histórica, a quem é atribuída uma existência até certo ponto verdadeira. É o que Watt denominou “realidade especial”, peculiar aos mitos modernos (WATT, 1997, p. 233).

Recompondo esta “realidade especial” da vida de Luiza Mahin no trabalho *Uma “princesa” negra na Bahia dos anos 30*, Mariele Araújo expôs reflexos da presença de Luiza Mahin na memória coletiva dos movimentos negros por meio da apresentação de letras de músicas, depoimentos de pessoas influentes naquele ambiente e realização de eventos em homenagem à sua existência¹⁴. Já em *A medida das raças na mistura imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon — 1922/33*, Mariele Araújo analisou a ideologia que norteou a escrita de Pedro Calmon e destinou parte da pesquisa à obra *Malês*.¹⁵

Advogado de formação, Pedro Calmon afirmou em suas *Memórias* que sempre quis ensinar História e fazer jornalismo. Transitando entre textos ficcionais e históricos, Calmon se decidiu pela historiografia e *Malês* foi seu último trabalho ficcional. Definindo a obra como um texto histórico, Pedro Calmon apresentou uma versão da rebelião que, segundo ele, dentre todas que assolaram a Bahia a partir de 1807 contribuindo para a expansão do haitianismo na província, foi “a única que teve um caráter de insurreição geral, político-religiosa, destinada a acabar com os proprietários e também com a sua Igreja, com seu governo e o seu culto, com os seus haveres e as suas leis” (CALMON, 2002, p.132). A respeito do haitianismo, destacou:

13 Poema *Lá vai verso!* disponível no *Orfeu Spam 14 — Jornal Eletrônico de Poesias e Artes*. ISSN 1807-8311. São Paulo, julho/agosto/setembro de 2006. In: http://www.jayrus.art.br/Apostilas/LiteraturaBrasileira/Romantismo/LUIZ_GAMA.htm. Acesso em 19 de abril de 2010.

14 Mariele Araújo cita a definição de Luiza Mahin presente no *Dicionário Mulheres do Brasil* e letras de músicas dos grupos Cidade Negra e Simples, além do depoimento da então presidente da União de Negros pela Igualdade (no ano 2000), Olívia Santana, e da iniciativa do grupo Coletivo de Mulheres Negras, de São Paulo, que, em 1985, inaugurou uma praça na capital paulista com o nome Luiza Mahin, em homenagem pelo dia internacional da mulher. Ver: ARAÚJO, Mariele S. *Luiza Mahim — Uma “princesa” negra na Bahia dos anos 30: Discursos de cultura e raça no romance histórico de Pedro Calmon, Malês — A insurreição das Senzalas (1933)*. Monografia (Especialização em História Social e Educação) — Universidade Católica do Salvador, 2003.

15 ARAÚJO, Mariele S. *A Medida das Raças na Mistura Imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon — 1922/33*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

Os trágicos acontecimentos do Haiti, onde os negros sublevados sacudiram o jugo francês e formaram original império, apesar de tudo irredutível, animaram de estranhos sobressaltos os senhores, de inquietas aspirações os servos. Não fora a diversidade de nações, e conseqüentemente de línguas, que impedia se unissem e concertassem todos os negros, dissidentes e rivais entre si, no Brasil como na África, e uma revolução de semelhantes resultados, assim bárbara e transcendente como a de São Domingos, teria assolado a Bahia em 1807, em 1814, em 1821 e em 1822 (CALMON, 2002, p.132).

O texto desenha o conflito entre dois grupos — os membros da elite e os africanos escravizados, ladinos e negros livres. No capítulo inicial — **Era em 1835** — em meio aos festejos pela chegada do Ano Novo e aos diálogos que evidenciavam a instabilidade da política em tempos de governos regenciais, membros da elite baiana demonstravam o pavor da ameaça constante de uma “revolução de pretos” sobre a qual se ouvira falar:

Pois a mim inquieta muito... inquieta sobremodo. Nem é para menos, afaço. Imagine que o demônio do negro me apareceu, trêmulo, a denunciar macumbeiros que tramavam um levante. Ouço-o, obtempero, discuto. Finalmente, cauteloso, remeto-o ao promotor público, para que saiba também... (CALMON, 2002, p.18)

Nos diálogos elaborados é traçado um perfil dos africanos malês como um perigo permanente. Considerados “naturalmente” cruéis e “fanáticos” e adjetivados como “diabos cruéis”, (CALMON, 2002, p.19; 133; 23), foram descritos no segundo capítulo — **A ameaça** — como aqueles que “pilham, matam, incendeiam, e nas trevas, combinam alguma coisa mais terrível e absurda.” (CALMON, 2002, p.28)

Sob o título *Os deuses maus...*, Pedro Calmon revelou a localização territorial dos malês no terceiro capítulo: o bairro da Saúde, “uma pequena cidade negra” nas palavras do narrador. (CALMON, 2002, p.29) Um local sujo e inóspito, onde nem mesmo as autoridades locais teriam acesso. A descrição do espaço geográfico de atuação dos malês dá sinais do desconforto do narrador perante a presença africana, ratificado pelo modo como representa os rituais religiosos dos “malês, jejês, nagôs ou minas”:

[...] o culto continuava idêntico ou ligeiramente dessemelhante do que se praticava nas tribos africanas, entre o Senegal e Angola, até a contra costa. Os mesmos ritos, a mesma **dolente música dos batuques das selvas**, as mesmas cores votivas, a mesma **dança lasciva e histérica**, as mesmas beberagens agrídoces e as comidas de predileção de cada santo, as mesmas descompassadas cenas de candomblé indígena — e, sobretudo, aquela **brutal superstição dos feiticeiros da África**. (CALMON, 2002, p.31) — grifos meus.

O planejamento do levante surge no texto como uma revelação dos deuses — os tais “deuses maus” que nomeiam o capítulo, ou como destaca, “farsas singulares da divindade negra” — à Luiza Princesa durante a comemoração do Ano Novo no terreiro de José dos Milagres (CALMON, 2002, p. 31).

A descrição de um ritual sagrado como um espetáculo de horror, violência e embriaguês, demonstra a intolerância religiosa inscrita nas entrelinhas do texto. À animação do ritual descrito soma-se a introdução de Luiza Mahin na narrativa — a Luiza Princesa — a quem caberia ordenar e dirigir a matança.

É no capítulo quatro que esta personagem é configurada. Dona de uma beleza inquietante, tinha cerca de trinta anos e chegara às terras brasileiras ainda muito menina. “Não valia nada!” — disse o narrador. Capaz de se prostituir em troca da alforria, arquitetava e planejava seus atos e odiava aos brancos, apesar de ter “um filho claro, em que vivia, nos olhos rasgados, toda a nobreza do sangue paterno” (CALMON, 2002, p. 39). É também neste capítulo que Luiza Mahin é apresentada como anfitriã nas reuniões para o planejamento da rebelião:

No fundo da quitanda guardava as armas que pudera recolher, e, ali, quando não se batucava o candomblé no terreiro do velho José, se reuniam os chefes malês que discutiam em arábico. Luiza Princesa reinava entre os conspiradores — porque nenhuma energia se comparava à sua e não havia forte coração de homem que valesse seu frio coração de mulher... (CALMON, 2002, p.40)

No capítulo seguinte — **Malês** — a articuladora Luiza Princesa marca a data para o levantamento dos escravos, prevista para o dia 25 de fevereiro. Além disso, fica evidente o mau-caratismo da quitandeira, representada como uma mulher manipuladora e hipócrita, capaz de qualquer coisa para satisfazer seu ideal. Assim, demonstrando deslealdade para aqueles que a idolatravam, utilizou-se tanto da força física dos malês — segundo ele, muçulmanos cruéis e dados à guerra — quanto da gana dos pretos mina. Ao relatar esta postura o narrador concluiu:

O inimigo era o homem branco — o senhor. E o que não tinham conseguido ainda os iorubas insurgidos, os hauçás sanguinários e os nagôs dissimulados, ela, bonita princesa, conseguira. Aproximara de pai José os malês, associara-os aos minas, celebrara uma secreta aliança de vida e morte, assegurando aos muçulmanos que só a sua religião reinaria, e jurando aos nagôs que os orixás ficariam de pé. Coordenara os elementos dispersos da população escrava, o que valia dizer que enfeixara nas suas mãos gentis, de Vênus de ébano, o raio irresistível. (CALMON, 2002, p.44)

Dois fatores merecem ser mencionados. Em primeiro lugar, ao utilizar o termo “malê”, Pedro Calmon relaciona o vocábulo apenas à etnia *malinké*. A análise do trecho em que o narrador explica a origem e as características dos malês deixa claro que o romancista se amparou na obra *A raça africana e seus costumes na Bahia* como suporte historiográfico para elaborar sua escrita. As informações referentes aos africanos seguidores do Islã são idênticas às realizadas por Manoel Querino na referida obra, configurando uma cópia explícita das considerações deste autor.¹⁶ A respeito da abrangência do termo malê, João José Reis esclareceu:

16 Cf. QUERINO, Manoel. *A raça africana e seus costumes na Bahia*, p.81-85 e CALMON, Pedro. *Malês*, p. 43-44.

Antes do século XIX, entre os africanos vindos da África Ocidental, alguns provavelmente eram islamizados, entre eles os malinkes, aqui chamados mandingos.(...) No entanto, deve ficar claro que, na Bahia, malê não denominava o conjunto de uma etnia africana particular, mas o africano que tivesse adotado o Islã, embora se quisermos ser bem estritos, e etnicamente corretos, *malês seriam apenas os nagôs islamizados*. Porém, nagôs, haussás, jejes e tapas – enfim, indivíduos pertencentes a diversas etnias – eram tidos, se muçulmanos, por malês. (REIS, 2003, p. 159 e 176)

Em segundo lugar, Pedro Calmon apresenta uma concepção dos muçulmanos como naturalmente perversos, transmitindo a ideia de um fanatismo religioso dentre os malês e, mais que isso, de uma maldade inerente ao Islã e supostamente ratificada pelo Corão. Calmon destacou acerca dos africanos islamizados:

Não odiavam os brancos pelas mesmas razões dos outros africanos. Queriam-lhe mal pelo horror que o profeta ensinara, aos cristãos, senhores da fé invencível. Sonhavam com a bandeira de Alá e o céu do Corão. A sua religião era-lhes mais que o sangue – nela resumiam a alegria e a dor da vida, e se dariam por felizes sucumbindo em sua honra. A guerra santa ia começar, como nas terras favorecidas pela Hégira, que a lei de Maomé dominava, e foram as veneradas terras da bem-aventurança. Só haveria Alá, e Mafoma, o seu intérprete... (CALMON, 2002, p.44)

Como se percebe, Calmon vinculou aos islâmicos uma postura fundamentalista e violenta no trato com a religiosidade, considerando o levante de 1835 uma guerra santa que objetivava a fundação de um califado baiano.

Nos capítulos seguintes — **O Mistério e Sereia**, respectivamente — Calmon abordou a lacuna referente à identidade do pai de Luis Gama, um homem “nobre, rico, com a família numerosa” e volta a descrever Luiza como uma mulher despudorada e assustadoramente bela:

Não era como as outras — mas de uma beleza estranha de mulher branca, pisando com firmeza, a graça de senhora, e toda envolta num perfume tênue de rosas... Os seus olhos refletiam uma luz pura, honesta e grave, e havia no seu rosto oval, negro como azeviche, uma serenidade digna... (CALMON, 2002, p. 53)

No entendimento do romancista, os olhos sedutores da negra de linhagem nobre ocultavam traços negativos da sua personalidade. É comum deparar-se no texto com adjetivações pejorativas dirigidas a esta personagem. Hipócrita, petulante, mulher de vida libertina, sem reputação, dissimulada e vadia — assim a mãe do poeta é retratada no romance.

A precipitação do levante foi retratada nos capítulos seguintes. À delação segue-se a prevenção do governo da província. “A nosso favor teremos a surpresa. Eles o número” — disse o chefe da polícia (CALMON, 2002, p.67). Enquanto era aclamada

pelos malês, de quem se tornaria rainha após a vitória, tinha a quitanda invadida pelo promotor, que levava-lhe o filho, como garantia. Descrente do ocorrido, Luiza se precipita à casa do promotor, a fim de pôr em prática seu plano:

— Eh, ioiô... Por esta não esperava, não? Visita fora de horas! É de mulher moça a ioiô rapaz solteiro! Ah! Ah! Ah!

Ela subiu; ele recuou, pálido, quase aterrado, a testa salpicada de suor. À proporção que avançava, o rosto de Luiza mudava de expressão, o fulgor dos seus olhos refletia uma decisão enérgica, o rictus de sua boca vermelha era duro e amargo. As chinelinhas de bico revirado retiniam como castanholas nos degraus da escada, o xale franjado esvoaçava-lhe ao ombro, e as saias de roda gomadas estalavam como vidro quebrando... (CALMON, 2002, p.76)

Diante da resistência do Dr. Ferraz em ceder aos seus encantos e vendo o fracasso do seu plano de sedução, a expressão de Luiza muda e envolve-se em cólera e ira. Desfigurada, ia avançar sobre o homem quando ouviu um grito: “Mãe! Oh, mãe!”, o chamado do filho a freou. A ordem do promotor é clara: “Renuncia a teu ódio, Luiza, ou renuncia a teu filho!” (CALMON, 2002, p. 78)

Sob o título **Mulher**, Calmon revela no décimo primeiro capítulo uma Luiza Mahin traidora e principal responsável pela derrota do movimento. Convencida pelo herói da trama — o promotor Ângelo Muniz da Silva Ferraz —, após a ameaça de ser afastada do seu filho, ela não só denuncia o levante, como nega a cultura e a identidade negra, mostrando uma face submissa, que em nada se assemelha ao mito conhecido:

— É meu filho, doutor. Amo-o mais que a mim mesma. Vivo para ele. Sem ele não sei viver. Nada mais vale para mim. Não quero nada, ioiô. **Maldito sangue este que me corre nas veias! Da gente bárbara que se embriaga com a destruição. Para quem a vingança é um prazer do céu. Que serve a deuses assassinos, falsos, cruéis, deuses que não conheceram o amor e o perdão... Salve-me, ioiô.** Salve-se também. É para hoje... hoje...

— São oito horas e meia...

— Depressa, ao Pilar, Água de Meninos, Cruz do Pascoal... Depressa, antes que os malês cheguem aos quartéis. Eles matarão, queimarão, pilharão, porque são como bichos ferozes do mato. Deus nos livre deles! **Deus! Sim, Deus verdadeiro!** (grifos meus) (CALMON, 2002. p. 79)

A revolta foi retratada como um movimento desordenado e selvagem. Calmon afirmou em nota que faltou aos revoltosos inteligência dirigente e alma de luta, o que os levou a recuar. Opondo-se claramente às ideias elaboradas por Pedro Calmon, João José Reis analisou os resultados da revolta e concluiu que a referida desordem do movimento decorreu da impossibilidade de adotá-lo frente à delação e à ação da força policial. Reis reconhece que houve confusão naquela noite, mas os rebelados não apelaram para a violência indiscriminada, invadindo casas, matando, saqueando. Segundo sua abordagem, Salvador não foi submetida a um terror generalizado. Em verdade, lutaram apenas contra as forças organizadas para combatê-los.

Ao descrever a revolta no décimo terceiro capítulo, Calmon não deixou de ressaltar que os malês “iam golpeando e matando a esmo”. Nesta altura do texto o narrador reafirma o quartelamento dos líderes rebeldes na casa de Luiza Mahin, que desaparece da narrativa. Nos capítulos finais, **Orixás**, **A menina de Azul** e **Mafoma**, seguem-se comentários preconceituosos acerca das divindades cultuadas por africanos e lições de obediência e castigo aos negros amotinados, refletindo mais uma vez a intolerância religiosa relacionada aos seguidores de Alá. No epílogo, um suposto encontro entre Luis Gama e Ângelo Muniz da Silva Ferraz, passados trinta anos do levante, desenha uma imagem do poeta abolicionista que ratifica a intenção moralizante da escrita de Pedro Calmon. Assim sucedeu o encontro:

Ângelo Muniz da Silva Ferraz estendeu-lhe a mão descarnada. Os joelhos do jovem abolicionista se dobraram. Se o ministro não lhe impedisse, com um gesto enérgico, cairia ajoelhado. Balbuciu, a amargura sublinhando as palavras:

— Senhor, os joelhos já se me habituaram a vergar... quando é diante das almas cheias de nobreza!

— Não, rapaz. De pé. É a posição que Deus determinou para o homem, e a única que bem se ajusta ao seu alto papel neste mundo. (CALMON, 2002, p. 125)

Vê-se claramente um Luis Gama submisso e obediente frente ao homem que perdoou a fúria materna e, naquele encontro, redimia também ao filho da quitandeira insurgente. Eis o verdadeiro herói da trama: aquele que combate a desordem e perdoa ao malfeitor. E foi assim, com uma lição de perdão e obediência que o texto foi concluído: “Tão bom é o perdão, que é como os rios do sertão queimado — quando o tempo bebeu a água que corria, nos cascalhos os diamantes brilham...” (CALMON, 2002, p. 127).

Pedro Calmon se utilizou de adjetivações pejorativas e estereotipadas para tratar de elementos vinculados aos valores culturais afro-brasileiros, principalmente quando ao se referir aos cultos religiosos como “dança lasciva e histérica”, “brutal superstição dos feiticeiros da África” e “farsas singulares da divindade negra”. (CALMON, 2002, p.31)

Segundo Evelina Hoisel (2006), compreender o contexto sócio-político e ideológico que permeia a escrita de uma obra, bem como as implicações deste sobre quem escreve tal narrativa é determinante para entender a complexidade que envolve a relação escritor / escritura. Através de uma descrição que contrasta com a imagem de heroína vinculada a Luiza Mahin, a leitura da obra de Calmon permite visualizar a sociedade baiana sob o olhar de uma aristocracia apavorada pela ameaça de expansão do haitianismo e vitoriosa na luta contra a barbárie desorganizada dos rebeldes.

O início da década de 1930 foi um período desfavorável a Pedro Calmon nos planos pessoal e político. Ele vivenciou naquele período anos desagradáveis, caracterizados por tentativas da elite baiana afastada do poder, de bloquear a ameaça representada por Getúlio Vargas.¹⁷

17 Sobre o contexto político dos anos 30 e as relações entre projeto político e construção do conhecimento histórico na Bahia de 1930 a 1949, ver SILVA, 2000. Sobre as desventuras de Calmon no período, ver ARAÚJO, 2003.

No campo das ideias, percebe-se a herança das teorias raciais do século XIX, alimentada pela postura eurocêntrica acerca da diversidade étnica nacional. De 1928, data a obra de Paulo Prado, *Retrato do Brasil — Ensaio sobre a tristeza brasileira*, que apresenta os dissabores de uma terra que poderia estar fadada ao fracasso em decorrência da miscigenação com grupos considerados geneticamente inferiores. A impossibilidade de chegar à meta idealizada por Roquete Pinto — presidente do I Congresso Brasileiro de Eugenia, datado de 1929 — que previa a eliminação de negros e índios da estrutura social brasileira até 2012, talvez tenha impulsionado um novo olhar para a presença incômoda do passado escravista, conduzindo os intelectuais ao caminho da disseminação do mito da democracia racial brasileira e a elevação do mestiço ao patamar de símbolo nacional, alimentado por escritores consagrados no mundo das Letras e da Historiografia.¹⁸

Leitor de Oliveira Vianna, Paulo Prado, Nina Rodrigues, Roquete Pinto e Luiz Vianna Filho, que segundo Antônio Cândido (2000) estavam entre os escritores preferidos pelos jovens de direita nos anos 1930 e privilegiavam uma visão hierárquica e autoritária da sociedade, Pedro Calmon expôs na escrita literária expressões com tons marcadamente preconceituosos que foram confirmados por sua historiografia.

Referências à selvageria, imoralidade e promiscuidade primitiva das senzalas são recorrentes tanto em sua literatura quanto na *História Social do Brasil*.¹⁹ Dessa forma, é importante destacar que nem o discurso histórico nem o literário são “inocentes”. Ambos traduzem, nas entrelinhas, as aspirações, valores de determinada época e/ou população, fornecendo elementos de identificação coletiva, sejam eles nacionais, regionais, étnicos ou sociais.

O processo de elaboração de uma representação não é imparcial e consiste em tornar presente uma ausência através da construção simbólica de uma realidade, resultando na produção de estratégias e práticas que podem legitimar uma autoridade, uma veneração, ou validar escolhas (CHARTIER, 1991, p. 184). Assim, embora a representação elaborada por Calmon não seja fiel ao mito conhecido e idealizado pelos movimentos negros, atende aos interesses do grupo social ao qual este autor encontrava-se vinculado.

O romance histórico reflete nas entrelinhas as tendências e modos de ser de uma época, de forma que um mesmo fato ou personagem pode assumir variadas interpretações — por vezes antagônicas — explicitando a liberdade criativa peculiar ao texto literário. Neste sentido, se por um lado os textos literários podem estar a serviço da História, confirmando-a, questionando-a e apontando suas lacunas, por outro, é dela que se servem e é esta relação de troca que se configura no que tange ao caso Luiza Mahin.

Bibliografia:

ARAÚJO, Mariele S. *Luiza Mahim — Uma “princesa” negra na Bahia dos anos 30: Discursos de cultura e raça no romance histórico de Pedro Calmon, Malês — A insurreição das Senzalas (1933)*. Monografia (Especialização em História Social e Educação) — Universidade Católica do Salvador, 2003.

18 Cf. SCHWARCZ, 1996.

19 Cf. CALMON, 2002, p. 61.

- _____. *A medida das raças na mistura imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon – 1922/33*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- ARTIÈRES, Philippe. “Arquivar a própria vida”. In: *Revista Estudos Históricos*, Vol. 11, n. 21. 1998.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinba: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão Biográfica”. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. *Usos & abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p.183-191.
- CALMON, Pedro. *Malês, a insurreição das senzalas*. 2 ed. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia; Academia de Letras da Bahia, 2002. 144p.
- _____. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- _____. *História Social do Brasil: espírito da sociedade imperial*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, volume 2.
- CALVINO, Ítalo. “A combinatória e o mito na arte narrativa”. In: CALVINO, Ítalo et al. *Atualidade do mito*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, tradução de Carlos Arthur R. do Nascimento.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.
- Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça. In: MORAES, Marcos Antônio (org.). *Antologia da carta no Brasil: me escreva tão logo possa*. São Paulo: Moderna, 2005, p. 67-75.
- CARRIÈRE, Jean-Claude. Juventude dos mitos. In: BRICOUT, Bernadette (org.). *O olhar de Orfeu: os mitos literários do ocidente*. Trad. de Leila Oliveira Benolt. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação” in *Estudos Avançados*. [online]. 1991, vol.5, n.11, pp. 173-191. ISSN 0103-4014. Acesso em 05/05/2008.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HOISEL, Evelina. *Grande sertão: veredas – uma escritura biográfica*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia: Academia de Letras da Bahia, 2006. 218p.

- MASSAUD MOISÉS. *A análise literária*. São Paulo: Cultrix, 1984.
- MENUCCI, S. *O precursor do abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.
- OLIVEIRA, Sílvio Roberto dos Santos. *Gamacopéia: ficções sobre o poeta Luiz Gama*.- (Tese – Doutorado em Estudos de Linguagens) Campinas, SP: [s.n.], 2004.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.) *Leituras cruzadas: diálogos da História com a Literatura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- _____. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 132p.
- PEREIRA, José Antônio Pereira. *O romance histórico na literatura brasileira*. São Paulo: Secretaria de Cultura e Tecnologia, Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil – Ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1928.
- QUERINO, Manoel. *A raça africana e seus costumes na Bahia*. Salvador: P555 Edições, 2006. 96p. (Coleção A/C/BRASIL, 3).
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. “Podemos brincar, folgar e cantar...”: o protesto escravo na América. Revista Afro-Ásia. n. 14, 1983. p. 107-123. In: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n14_p107.pdf. Acesso em 01 de setembro de 2008.
- SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. “As teorias raciais de finais do século XIX- O contexto brasileiro” In: _____. *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.
- WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno: Fausto, Dom Quixote, Dom Juan, Robinson Crusoe*. Tradução de Mario Pontes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- ZILBERMAN, Regina. O Romance histórico – teoria e prática. In: BORDINI, Maria da Glória (org.) *Lukács e a Literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.